**À SENHORA TABELIÃ DO SERVIÇO DE NOTAS DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.**

 **MINUTA DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL DE XXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXX.**

XXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, casado, profissão, portador da Cédula de Identidade número xxxxxxxx-SSP/xxx, expedida em xxxxxxx e inscrito no CPF sob número xxx.xxx.xxx-xx, filho de xxxxx, natural de xxxxx, nascido em xxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxx, número xxxxxx, bairro xxxx, na Cidade de xxxx, Estado de xxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxx e XXXXXXXXXXXX, nacionalidade, casada, profissão, portadora da Cédula de Identidade número xxxxxxx-SSP/xsx, expedida em xxxxx e inscrita no CPF sob número xxx.xxx.xxx-xx, filha de xxxxx, natural de xxxxx, nascida em xxxxx, residente e domiciliada na Rua xxxxxx, número xxx, Bairro xxxx, na Cidade de xxxxx, Estado de xxxxx  e-mail: xxxxxxxxx.

Nomeiam como Advogado/Assistente XXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, inscrito na OAB/XX sob número XXXX e no CPF sob número xxxxx, com endereço eletrônico: xxxxxxxxxx, e com escritório profissional situado na Rua xxxxxxx, número xxxxx, Bairro xxxxxx, na Cidade de xxxxx, Estado de xxxxxx, o qual prestou orientação às partes sobre as consequências jurídicas deste ato, observando não ser possível a reconciliação do casal, e que prestará assistência jurídica a ambas as partes até o final da escritura, conferindo-a em todos os seus termos, que vêm a presença desta Tabeliã requerer a lavratura da **ESCRITURA PÚBLICA DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL DE XXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXX,** conforme elementos a seguir dispostos:

1) DO CASAMENTO:

As partes contraíram núpcias na data xxxxxxx, sob o regime da xxxxxxxxxx, no Registro Civil da Comarca de xxxxxx, Estado de xxxxx, conforme Certidão de Casamento lavrada às folhas xxxxxx, do livro xxxxxx, sob número xxxxx, em xxxxxx. Entretanto, encontram-se separados de fato desde xxxxxxxx. Assim, sendo, ambos desejam dissolver o matrimônio, e contando ainda com o amparo dos artigos 226, § 6º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional número 66, de 13/07/2010 e 733 do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei Federal 11.441 de 04/01/2007, Provimentos 02/2007/CGJ/MT, 34/2007/CGJ/MT e Resolução do CNJ número 35 de 24/04/2007, vêm requerer a decretação de seu divórcio pela via administrativa junto a esse Cartório.

2) DOS BENS:

As partes declaram que (não possuem bens à partilhar/ou, caso possuam bens, descrevê-los e mencionar o valor que as partes atribuem para a partilha e o valor total dos bens declarados).

3) DA PARTILHA(caso tenham bens a partilhar ):

Caberá ao cônjuge varão, para satisfação de sua meação, o percentual de \_\_% dos bens descritos anteriormente no itens \_\_\_\_, correspondente ao valor de R$ \_\_\_\_\_.

Caberá à cônjuge virago, para satisfação de sua meação, o percentual de \_\_% dos bens descritos anteriormente nos itens \_\_\_\_, correspondente ao valor de R$ \_\_\_\_\_.

4) DOS FILHOS E DA INEXISTÊNCIA DE GRAVIDEZ:

As partes declaram que não tiveram filhos em comum, e que a cônjuge virago não se encontra em estado gravídico.

ou

As partes tiveram os seguintes filhos:

1 - XXXXXXXXXXX, nascido em xxxxxxx, maior e capaz (caso tenham filhos menores, é necessário incluir tópico específico para constar o acordo dos pais quanto aos alimentos, visita e guarda do menor).

Declaram ainda, que não existem outros filhos, além dos já qualificados, e que a cônjuge virago não se encontra em estado gravídico.

5) DOS ALIMENTOS:

Sendo ambas as partes maiores, capazes e não necessitando de alimentos um do outro, possuindo ambos fonte de sustento próprio, dispensam os alimentos entre si, o que fazem com fulcro no artigo 1.707 do Código Civil Brasileiro.

**ou**

O cônjuge varão pagará à cônjuge virago, a título de alimentos, o valor mensal de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cuja prestação terá início em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e término em \_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, devendo ser depositado na conta corrente de titularidade da cônjuges, nos seguintes dados bancários: conta corrente nº\_\_\_\_, agência \_\_\_ do Banco do Brasil S/A.

6) DAS DÍVIDAS:

As partes declaram que não possuem dívidas comuns.

ou

As partes declaram possuir as seguintes dívidas:

**6.1 –** (exemplo)Débito perante o Banco do Brasil S/A, referente ao empréstimo pessoal sob contrato número \_\_\_\_\_\_, no valor total inicial de R$ \_\_\_, correspondente a 36 parcelas, no valor de R$ \_\_ cada, do qual fora pago o montante de R$ \_\_\_\_, correspondente a 06 parcelas, restando como saldo devedor, o valor atualizado de R$ \_\_\_, correspondente a 30 parcelas. Ficando os cônjuges responsáveis pelo pagamento da referida dívida, na proporção de 50% para cada um.

7) DO NOME:

Ao se casar a cônjuge varoa ou o cônjuge virago adotou o apelido do xxxxx, passando a se chamar XXXXXXXXXXXXXXXX, entretanto, com a dissolução do vínculo matrimonial, deseja voltar a usar o nome de: XXXXXXXXXXXXXX.

8) DA CONCLUSÃO:

As partes requerem a ilustre Tabeliã que seja lavrada a escritura de divórcio administrativo, nos termos da Emenda Constitucional nº [**66**](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/823944/emenda-constitucional-66-10)/2010, e autorizam ao Registro Civil das Pessoas Naturais de xxxxxxx, a efetuar a averbação necessária para que conste o presente divórcio, passando as partes ao estado civil de divorciados.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Sinop/MT, xx de xxxxx de xxx.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME: ADVOGADO/ASSISTENTE

OAB/xxxx sob número xxxxxx